



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8



O Outro Lado da Entrevista: sinais e verdades que o jornalista não vê

MARIANNE CABRAL BAGGIO, ROSÂNGELA STRINGARI

Centro Universitário Positivo (Unicenp)

~ mcabralbaggio@gmail.com ~ rstringari@unicenp.br

Resumo:

A entrevista é a essência do jornalismo, é o próprio jornalismo por excelência. No entanto, mesmo com tamanha representatividade, seu estudo tem sido negligenciado e sua execução levada ao puro empirismo. Em partes por influência da transformação mercadológica do jornalismo, em partes pela ausência bibliográfica específica. Ajustada as novas circunstâncias industriais da produção da informação, a notícia passou a ser um produto super abundante e instantâneo. Subordinadas à lógica da velocidade, a função e a característica do jornalismo foram modificadas, corroendo a contextualização e o aprofundamento, e a entrevista, neste mesmo processo, também é afetada. A falta de apoio bibliográfico vem como outro fator atenuante do empirismo do entrevistador. Neste sentido, a proposta deste trabalho é justamente entender a problemática da entrevista e estimular uma reflexão sobre a necessidade de um aprimoramento do método de entrevistar, baseado em ciências do comportamento humano como a psicanálise, a psicologia comportamental e as teorias de expressão corporal. A escolha destas vertentes da ciência se deu pela estrita ligação que as mesmas mantêm com a comunicação, na sua mais ampla forma. Na psicanálise clínica, sucintamente, o terapeuta pelas palavras do paciente, ou seja, pela comunicação, analisa e propõe mudanças. A psicologia comportamental estuda como o sujeito se comporta, prevendo e entendendo suas atitudes. E a expressão corporal representa mais de 55% da comunicação humana. Toda esta representatividade comunicacional induz a refletir sobre a necessidade da utilização de outras ciências humanas dentro do jornalismo. Assim, este trabalho tem a pretensão de propor um 'novo olhar' sobre a entrevista analisando e mostrando os seus outros lados, aqueles que não são explícitos, mas que representam muito na comunicação humana. São eles sinais inconscientes que qualquer pessoa ao comunicar-se dá durante a retórica, através dos movimentos do corpo, dos gestos, da aparência, do tom de voz e da pronúncia das palavras. O jornalista, no cumprimento da sua função social, deveria ser um especialista em pessoas para que, de posse de conhecimento teórico, pudesse orientar a entrevista da melhor maneira possível, evitando seus fatores difíceis e proporcionando um ambiente mais agradável e favorável a sua realização. Com melhores resultados, a reportagem, conseqüentemente, também será melhorada e apresentará informações mais precisas e aprofundadas.

Palavras-chave:

Entrevista, psicanálise, psicologia comportamental, expressão corporal.

Como observa Annett Garrett¹ (1991), em “A entrevista seus princípios e métodos”, todas as pessoas de uma maneira ou de outra estão em contato com a entrevista, ora entrevistando ora sendo entrevistadas. A entrevista de acordo com Érico Sampaio Firmo (2004), no artigo “Jornalismo e Política: Entrevista como Prática Paranóica”, “configura-se como atividade conversacional, que, por sua vez, é a mais cotidiana das práticas comunicacionais humanas”. Algumas pessoas, no entanto, utilizam mais a entrevista que outras, ou têm a entrevista como essencial em suas vidas. O jornalista, pela sua função, é uma destas pessoas. Ele é um entrevistador profissional.

Toda matéria jornalística, de qualquer meio, tem como ponto de partida a consulta a uma fonte, o entrevistado. A entrevista é um dos instrumentos de pesquisa do repórter, é a essência do jornalismo. Entrevistar, portanto, é uma prática situada nos alicerces do jornalismo que segundo José Benítez, citado no “Manual de la entrevista periodística” de Juan Cantavella (1996), representa metaforicamente as células do corpo chamado jornalismo.

Cremilda Medina (2001) em “Entrevista o diálogo possível”, elegendo a entrevista como uma interação, defende a idéia de que a mesma deve chegar ao patamar do diálogo, em uma troca na qual os envolvidos – fonte de informação, repórter e receptor – interagem, se modificam, se revelam e crescem no conhecimento do mundo e de si próprios.

Dentro da proposta de humanização do relato, a que Medina (2001) se refere, está a concepção da jornalista Rosi Guilhen², entrevistada no dia 27 de setembro de 2006. Guilhen também é a favor do diálogo possível. Para ela, o jornalista peca por chegar em uma entrevista “com aspas prontas”, isto é, com a matéria já estruturada perguntando somente aquilo que já sabe a resposta que irá receber. Guilhen afirma que o diferencial é justamente ouvir o entrevistado, sem pré-conceitos.

Este emprego do diálogo, proposto por Medina, também é defendido por Alberto Dines (in CRIPA, 1998) em um processo que ele chama de parto da verdade. Dines explica que o diálogo, a partir de Platão e Sócrates, é a busca pela verdade em um processo maiêutico³, ou seja, por meio de perguntas mostrar ao interlocutor as verdades do objeto em questão. O jornalista argumenta ainda que esta busca é feita sempre a dois, ou em mais integrantes, porque nesta troca encontra-se uma verdade menos precária. Medina (2001) explica que quando a entrevista jornalística não se aproxima de um diálogo interativo, ou seja, o processo maiêutico a que se referiu Dines, no momento em que dois dos envolvidos, fonte de informação e repórter, não se interligam em uma única vivência o terceiro do elo, o receptor, mesmo leigo em técnicas de comunicação social percebe a falta de interação e de qualidade. Ora, se a entrevista é um diálogo, ainda segundo Medina (2001), ela deve então ser mais do que a simples obtenção de respostas por perguntas pré-pautadas, ela deve ser tratada como um braço da comunicação humana.

A entrevista pode ser apenas uma eficaz técnica para obter respostas pré-pautadas por um questionário. Mas certamente não será um braço da comunicação humana, se encarada como uma simples técnica. Esta – fria nas relações entrevistado – entrevistador – não atinge os limites possíveis da inter-relação, ou, em outras palavras, do diálogo. Se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo. (Medina, 2001: 5)

¹ O livro “A entrevista, seus princípios e métodos”, de Annette Garrett (1991), é dedicado a assistência social, no entanto, no prefácio, a editora explica que este trabalho foi feito “para uso tanto de assistentes sociais como de entrevistadores de outras organizações” (p.10).

² Para engrossar a análise deste estudo foram realizadas entrevistas com 4 jornalistas de expressividade na imprensa paranaense. São eles Rosi Guilhen, Mauri König, Albari Rosa e Vania Welte. O objetivo inicial era coletar dados que dessem melhor embasamento teórico, uma vez que se observou uma lacuna bibliográfica que tratasse a entrevista de forma mais aprofundada.

³ Maiêutica, segundo o dicionário Aurélio, é o “processo dialético e pedagógico socrático, em que se multiplicam as perguntas a fim de obter, por indução dos casos particulares e concretos, um conceito geral do objeto em questão”.

Mas para alcançarmos esta nova condição, o da comunicação humana, segundo Medina (2001), há patamares a serem perseguidos.

Sendo a entrevista uma atividade essencial, na qual o básico é perguntar, o diferencial é o tratamento dado a este processo de procura da informação. É o que Garrett (1991) chama de a arte da entrevista: “para alguns, entrevistar constitui uma arte e quase mesmo uma ciência, da qual podem eles formular e organizar, dentro de um corpo sistematizado de conhecimentos, pelo menos alguns princípios básicos” (p.16). A entrevista deveria ser levada a sério pelo jornalista, tratada como primordial na sobrevivência deste profissional, e estudada cientificamente através de outras ciências do comportamento humano. O jornalista, como profissional em contato direto com indivíduos, deveria se especializar em pessoas, entender os sinais conscientes e inconscientes do entrevistado e ter o controle sobre seu corpo para comunicar-se também através dele. Alexandre Garcia acredita nesta teoria. No livro “Entrevista” de Carlos Tramontina (1996), enquanto relata sua experiência como repórter, ele afirma que o jornalista deve também ser um psicólogo, que “deve conhecer um pouco do perfil psicológico de seu entrevistado e ir dosando as coisas” (p.22). Para Garcia só assim é possível decidir o ritmo de uma entrevista.

Outros autores também aprovam a sistematização da entrevista no domínio da psicologia, um deles é Garrett (1991). Para ela a entrevista envolve uma troca mais íntima entre seres humanos e esta inter-relação promove um intercâmbio de pensamentos. A autora defende que somente a prática do entrevistador é insuficiente para o aperfeiçoamento da entrevista. “A habilidade pode ser desenvolvida, no seu mais alto grau, somente quando a prática é acompanhada pelo conhecimento do que seja entrevistar e pelo estudo consciente da nossa própria prática” (p. 17 e 18). Garrett ainda é firme quando diz que “há certos fatos básicos sobre a natureza humana com os quais cada pessoa que entrevista deve estar familiarizada” (p.23).

Medina (2001), em “Entrevista o diálogo possível”, diz que “os fundamentos psicanalíticos da relação paciente-terapeuta dão sólidos alicerces para o debate teórico sobre o encaminhamento da entrevista. A Psicologia Social, segundo os autores dessa área (...) reúne bibliografia extensa sobre a técnica de entrevista” (2001, p. 8 e 9). Por acreditar que a postura do jornalista interfere no resultado da entrevista, a autora tem convicção de que o entrevistador deve investir na própria personalidade para, no diálogo, saber atuar em uma inter-relação criadora.

Em parte, a transformação mercadológica do jornalismo, a instantaneidade e a falta de tempo nas redações é que leva a entrevista a uma prática empírica, ou seja, baseada apenas na experiência e não no estudo, exatamente o contrário do que é proposto por Garcia, Garrett e Medina. No artigo “Crise nos paradigmas do jornalismo”, Luiz Gonzaga Motta (2002) reflete sobre a condição do jornalismo atual. Ele repensa os paradigmas do jornalismo e a própria profissão em si e, criticando as mudanças na produção da notícia, propõe o termo “metamorfose profissional” – um ajuste às novas circunstâncias industriais da produção cultural –, e diz que o jornalismo rápido, ligeiro e sem aprofundamento só reforçou o compromisso profissional com o empirismo.

O jornalismo vem continuamente se omitindo na denúncia do esvaziamento dos debates das grandes questões da sociedade e se modernizando pelo pior caminho, aquele do entretenimento vulgar. Jornais e revistas, tanto quanto o rádio e o telejornalismo, estão cada vez mais levianos, valorizando o banal, o prazer fácil e a superficialidade. Pior ainda, as reformas mais visíveis estimulam novas formas de imediatismo e de empirismo, que consolidam a incapacidade de nossa sociedade em expressar e debater em âmbitos mais coerentes e saudáveis as relações dos homens com outros homens e com a natureza. (Motta, 2002, site Observatório da Imprensa)

Motta (2002) discorre ainda pela evolução tecnológica dos meios de comunicação, da produção nas redações e da linguagem jornalística, que levam a notícia a um produto superabundante, barato e instantâneo. Nilson Lage (2004), no livro “A reportagem”, apóia Motta

quanto à evolução tecnológica quando defende a idéia de que desde a invenção do telefone, com a possibilidade da realização de entrevistas a distância, o resultado não é mais o mesmo uma vez que o instrumento “suprime algumas condições facilitadoras da entrevista, tais como o ambiente e a presença do outro” (p.78). A mesma condição é válida também para outras tecnologias como os recursos da internet. Aqui, no entanto, há de se fazer um parêntese e admitir certos benefícios e facilidades da transformação mercadológica do jornalismo. O próprio telefone, para citar o mesmo exemplo, agiliza o trabalho do jornalista poupando tempo e deslocamentos, mas, como o já comentado, atenua a qualidade da entrevista.

Desde esta transformação mercadológica a função e característica do jornalismo foram modificadas. A rapidez da informação perdeu a contextualização e o aprofundamento. Estes mesmos novos meios de comunicação, novos contextos de produção e novas linguagens, citadas anteriormente por Motta (2002), estão alterando o fazer jornalístico. Hoje se ganha em agilidade, mas perde-se em qualidade. O jornalismo online é sintetizado, os jornais impressos aderiram a designs mais didáticos, mas são superficiais e o jornalismo televisivo e radiofônico só reforça o compromisso profissional com o empirismo, não elucidando aquilo que mostram.

Além disto, as empresas da indústria cultural do Brasil investem pouco no seu profissional. Medina (2001) afirma que o investimento sempre foi maior na modernização tecnológica do que no aperfeiçoamento e qualificação dos quadros humanos de produção. Afirma ainda que o próprio profissional da informação não investe no seu crescimento e que tampouco a universidade tem capacitado seus novos profissionais adequadamente.

O profissional médio, sem estímulos na rotina desgastante da sobrevivência, não investe, por conta própria, no crescimento e na amplitude de repertório (...) Os poucos cursos de extensão e aperfeiçoamento são freqüentados, em geral, por uma clientela que não a que está à frente dos processos de decisão. Estes, os editores, chefes de reportagem, repórteres especiais, permanecem preocupados com o imediato desempenho, satisfazendo as exigências dos próprios empregos. Não são sensíveis à discussão crítica sobre a própria profissão. (Medina, 2001: 24)

Nesta mesma linha o jornalista Alberto Dines (1998) explica que a partir do momento que o jornalismo voltar a ser uma atividade humanística, a sistemática das redações, e conseqüentemente a entrevista serão mudadas.

Esse é o conceito tecnocrático de fazer tudo curto e rápido e sem profundidade, só para sair na frente do outro. E a entrevista entra nisso. Quantas vezes o repórter não faz várias entrevistas por dia, muitas vezes sobre assuntos diferentes. Esse jornalismo não é contextualizado. E o jornalista não quer contextualizar. (...) é que se criaram paradigmas, padrões de exigência, que levam a isso. (...) Essa transformação foi mercadológica, tecnocrática, o negócio de mercado é da tecnocracia. A idéia é: temos que atender ao jovem que não tem tempo para ler e tal... pronto, vinte linhas.
(Dines, 1998: 52/53)

Dines acredita em um jornalismo humanístico e diz ser necessária uma mudança, mas não propõe como ela seria feita. No entanto, Sylvia Moretzsohn (2000), na dissertação de mestrado “A velocidade como fetiche – O discurso jornalístico na era do tempo real”, não é tão otimista. Ela reduz a possibilidade de uma mudança na imprensa, que, uma vez mudada, não teria condições de produzir “informações relativas à imediatividade dos fenômenos, tais como são tratados pela imprensa diária, e que correspondem a necessidades reais de informação do público”. Moretzsohn (2000) afirma que a imprensa, afundada no mercado da concorrência, está presa à necessidade de veicular notícias em primeira mão, o que resulta, freqüentemente, na divulgação de notícias falsas ou parcialmente verdadeiras. A autora chama isto de um processo irracional da produção da notícia, na qual a qualidade não é a de conteúdo, mas a de rapidez na transmissão da informação. Logicamente,

as condições de trabalho do jornalista, segundo Moretzsohn (2000), também “ficam subordinadas a essa lógica da velocidade”.

O campo bibliográfico é outro fator para o não aperfeiçoamento da entrevista. De acordo com o jornalista Érico Sampaio Firmo (2004), a entrevista jornalística permanece, em certa medida, uma dimensão negligenciada. “Durante muito tempo, os estudos sobre a entrevista no campo do pensamento sobre o jornalismo priorizaram o como fazer, a dimensão técnica, voltada para construir um guia de ação para jornalistas e também para fontes em potencial”, argumenta exaltando a necessidade de superação do tecnicismo.

Na realidade brasileira há uma lacuna de livros que se especializam e que constituam um saber científico neste fundamento do jornalismo. Os trabalhos que citam o tema, em capítulos, dão apenas algum parecer do autor sobre como fazer uma entrevista. A maioria deles, inclusive, tem conteúdos repetitivos e sem inovação. Isto é visível, por exemplo, no “Manual de Redação da Folha de São Paulo” (2001), um dos jornais mais representativos do Brasil. O projeto editorial do livro propõe recomendações básicas quanto à entrevista jornalística. Sugere, nesta ordem: o agendamento, que o jornalista informe ao entrevistado o tema e a duração da entrevista, que anote e grave o conteúdo da mesma, que se vista de maneira adequada com o ambiente, que faça perguntas breves e diretas, que identifique contradições nas respostas, que aborde temas sensíveis e que registre recusas, tudo isto em forma de tópicos sem contemporizar. Adiante o manual discorre sobre a influência do gravador e da ocorrência de lapsos do entrevistado, sem detalhamentos.

O manual de redação do “O Estado de S. Paulo” (1997), outro jornal brasileiro de representatividade, peca ainda mais quando se limita a recomendações de gramática. No item entrevista, o manual primeiramente assume a sua importância concluindo que ela “constitui uma das principais fontes de informação de um jornal e está, direta ou veladamente, na maioria das notícias que ele publica” (p.108), mas, a posteriori, dá 18 conselhos excessivamente triviais para a realização de uma entrevista. A maioria deles, inclusive, apenas com o objetivo de nortear a maneira a qual o jornalista, empregado no jornal “O Estado de S. Paulo”, deve redigir e publicar o texto de uma entrevista.

Jöelle Rouchou (2003), no artigo eletrônico “Ouvir o outro: entrevista na história oral e no jornalismo” disponível no site da Intercom, demonstra sua dificuldade em encontrar obras teóricas sobre a entrevista e explicita a importância da matéria jornalística, quando ela serve como um documento histórico. Rouchou (2003) afirma que o jornalista entrevista empiricamente por não ter apoio teórico. “Uma das dificuldades como professora de prática de jornalismo na UniverCidade⁴ é a de encontrar opções de teoria da entrevista. Claro que há um extensa lista de obras que estampam as melhores entrevistas, mas a reflexão sobre o tema entrevista, sua função ética ainda está em fase embrionária”, justifica a autora.

Apoiando a idéia de Rouchou, encontra-se José Salomão (2002). Ele afirma que o ensino da entrevista jornalística é falho ainda na formação do profissional dentro das universidades. Na matéria “Técnicas de Entrevista”, de Celso Campos (2002), José Salomão, professor da UnB, diz que “no Brasil as orientações para uma boa entrevista, em certos cursos de jornalismo, têm sido reduzidas a conselhos gagás”.

Para os jornalistas Mauri König e Albari Rosa, repórteres do jornal Gazeta do Povo, é a experiência profissional que desenvolve a técnica de entrevista, desta forma a fundamentação acadêmica auxilia, mas tem pouco valor. Por outro lado, em outro ponto da entrevista, ambos assumem a importância do estudo da psicologia.

⁴ UniverCidade (Centro Universitário da Cidade): instituição de ensino superior localizada no Rio de Janeiro – RJ.

Acho que duas disciplinas fundamentais, e que muitas vezes são negligenciadas nos cursos de comunicação são: a filosofia e a psicologia. (...) Filosofia pra te dar um campo mais amplo de entendimento, de formação crítica mesmo, de pensar. (...) E a psicologia, justamente pra quem trabalha na área de comunicação, pra você tentar entender o outro. Principalmente quando você depende do outro pra conseguir o teu material de trabalho que é a informação. (...) Por isso sim, é importante, sem dúvida nenhuma, você saber da psicologia (König, entrevista concedida no dia 30 de agosto de 2006).

Na obra “Entrevista o diálogo possível”, Medina (2001), não se mostra descrente da experiência profissional, mas defende firmemente a necessidade de um aprofundamento teórico do repórter. A autora afirma que os críticos do jornalismo contestam o agir impulsivo do jornalista e o aprendizado na base do faro e do “clima da redação”.

Estamos, no Brasil, em um patamar de artifícios pouco conscientes de suas próprias possibilidades. Atropelamos, pelo faro, pelo jogo de cintura, pelas agilidades inatas ou pseudo-inatas, a etapa de acúmulo de conhecimentos. Há até um certo preconceito quanto à teorização, como se esse campo específico não estivesse submetido às mesmas características da reflexão sobre o fazer. Portanto, se o entrevistador das Ciências Sociais é preparado, o repórter também deveria ser. Embora empreguem ferramentas de trabalho ligeiramente distintas, ambos têm de investir no aprendizado. (Medina, 2001: 20)

Se há um excesso de tecnicismo nos manuais e obras que dissertam sobre a entrevista, e na própria prática da profissão, segundo Medina (2001), seria necessário então uma reflexão sobre a problemática da entrevista e um investimento no aprendizado.

Então, por que não aperfeiçoar a entrevista jornalística valendo-se de estudos como a psicanálise, a psicologia comportamental e as teorias de expressão corporal, já que estas ciências nasceram na tentativa de entender a mente e o comportamento humano?

João Bosco Lodi (1971), no livro “A entrevista teoria e prática”⁵, defende esta teoria. Na concepção do autor a entrevista é abordada em 4 estágios, nos quais a comunicação pode ser interrompida e distorcida. Estes estágios são explicitados no seguinte processo: um complexo de dados, situações, problemas, sentimentos e desejos, que por meio de um sistema de codificação são transformados em mensagens – transmitidas através das palavras, dos gestos e das pausas de silêncio – e por fim manifestadas por meio de outro sistema de codificação, isto é, traduzidas em significados. É neste processo de troca de mensagens, que Lodi chama de frágil e que é a entrevista, que ele acredita na eficácia dos estudos de Freud e dos teóricos da Psicodinâmica. O autor acredita que “o comportamento do entrevistado será melhor compreendido quando se separa teoricamente o lado racional e o lado emocional” (p.35).

Lodi (1971) explica ainda que o comportamento humano é o resultado de muitas forças que interagindo e conflitando entre si exercem pressões sobre o indivíduo. Explanando sobre a base psicológica da entrevista, o autor denomina três fatores que podem dificultar a comunicação interpessoal, agindo como barreiras comunicacionais, são eles: a falta de motivação, a linguagem e a incapacidade de se comunicar devido a forças emocionais. A falta de motivação está relacionada à postura e ao estímulo dado pelo entrevistador ao entrevistado (a tendência ao julgamento, daquilo que o entrevistado comunica, também interfere ou inibe a comunicação). Quanto à linguagem, a teoria do autor indica que as diferenças lingüísticas e a falta de conhecimento de vocabulários constituem um fator dificultoso da entrevista. Já as forças emocionais estão ligadas aos mecanismos de defesa.

⁵ Apesar de referir-se à entrevista administrativa, a de seleção de candidatos, seu livro contém instruções que também podem ser aplicadas no jornalismo, uma vez que apesar de objetivos diferentes, o encaminhamento destes dois estilos de entrevista é similar.

Os mecanismos de defesa do indivíduo, maneiras como o “eu” – a mais importante estrutura do campo psicológico – reduz a tensão das forças interiores, protegem o indivíduo contra revelações indesejáveis e filtram a comunicação, só deixando-o ouvir e ver aquilo que lhe interessa. Estas defesas mobilizadas pelo entrevistado, de acordo com Lodi (1971), ameaçam a veracidade da entrevista: “agindo sob o efeito desses mecanismos de defesa, a memória tende a modificar, mudar ou distorcer as situações passadas procurando torná-las mais confortáveis ou funcionais” (p.38). O autor aponta o afastamento (retirada de uma situação de tensão), a agressão (tentativa de hostilizar o obstáculo gerador de tensão), a racionalização (busca de justificativas), a projeção (transferência de características) e a repressão (rebaixamento da tensão ao nível do inconsciente) como alguns dos mecanismos de defesa.

O que Érico Sampaio Firmo (2004), no artigo eletrônico “Jornalismo e Política: Entrevista como Prática Paranóica” nomeou de face – um desejo em ambas as partes, entrevistador e entrevistado, de construir uma imagem favorável de si próprio – segue o mesmo pensamento de Lodi. Firmo alerta para o confronto da auto-idealização perante outros: “na busca por ressaltar ou tentar construir uma imagem ideal sobre si, o indivíduo, por certo, terá que ocultar tudo aquilo que, presente em seu comportamento, contrapõe-se a essa imagem de perfeição”. Sobre este confronto Lodi (1971) conclui que a entrevista só pode ser feita quando o ambiente criado for favorável, cordial e com a sinceridade do entrevistador, que resultam da confiança do entrevistado. É a base do diálogo possível de Cremilda Medina.

Quanto à postura do entrevistador, Lodi (1971) também previne que o preconceito – elemento que ele chama de inconsciente, reflexo e não-desejado – e a formação ideológica podem variar o resultado de uma entrevista. O autor ainda insiste na cordialidade e recomenda a criação de uma atmosfera que deixe o entrevistado seguro de que não será criticado, para uma maior cumplicidade. Neste raciocínio reafirma a confiança como elemento fundamental na entrevista.

Um comunicador que não confia na pessoa com quem está falando tende a esconder suas próprias atitudes, o resultado é que o receptor da comunicação não percebe adequadamente o material comunicado. A falta de confiança do entrevistado tem efeitos importantes sobre a relação da entrevista. Para isso considera-se importante o grau de empatia dos dois participantes.

(Lodi, 1971: 70)

Já do ponto de vista da psicanálise, segundo Harry Sullivan, citado por Lodi (1971), a entrevista é “o encontro de duas pessoas, o expert e um cliente, que esperam derivar algum benefício da discussão. O estudo da entrevista é a observação do que acontece com elas” (p.48). Sullivan alerta para a distorção paratáxica, um processo no qual o entrevistado dirige-se a uma figura imaginária que ele associa a figura do entrevistador. Dentro disto o autor fala dos conceitos de transferência e contratransferência. A transferência, a que também se refere Weiten (2002), é a tendência do entrevistado de projetar na figura do entrevistador suas idéias e sentimentos conflitantes a respeito de pessoas importantes de sua vida particular. E a reação, segundo Lodi (1971), é recíproca. O entrevistador, por sua vez, pode transferir para o entrevistado, sem aparente razão, seus sentimentos de ódio ou de afeição. “A falta de confiança do entrevistado tem efeitos importantes sobre a relação da entrevista. Para isso considera-se importante o grau de empatia dos dois participantes” (p.52). Este procedimento exige do entrevistador a consciência para esta percepção de seu interlocutor.

O pai da psicanálise, Sigmund Freud, em seu livro “Introdução a psicanálise” (sem data), explica as diferenças do ensino da medicina, regida pelo palpável e pela percepção visual, e o ensino da psicanálise, baseada na retórica.

O tratamento psicanalítico não comporta mais que uma troca de palavras entre o analisado e o médico. O paciente fala, conta os sucessos de sua vida passada e suas impressões presentes,

queixa-se, confessa desejos e emoções. O médico trata de dirigir a marcha das idéias do paciente, desperta-lhe a atenção em certas direções, dá-lhe explicações e observa as reações de compreensão ou incompreensão que assim provoca no paciente. (Freud, sem data: 9)

Esta conversa de que fala Freud é muito semelhante à entrevista jornalística. Mesmo leigo nos extensos estudos da ciência freudiana, o jornalista, amparado por Freud, tem condições de utilizar a psicanálise em uma entrevista. A prática por leigos foi inclusive defendida pelo pai desta ciência em uma entrevista que concedeu ao jornalista George Sylvester Viereck, em 1926.

Estou escrevendo uma defesa da análise leiga, da psicanálise praticada por leigos. Os doutores querem tornar a análise ilegal para os não médicos. A História, essa velha plagiadora, repete-se após cada descoberta. Os doutores combatem cada nova verdade no começo. Depois procuram monopolizá-la.

George Sylvester Viereck: O senhor teve muito apoio dos leigos?

Sigmund Freud: Alguns dos meus melhores discípulos são leigos.

(Viereck, disponível no Portal Nacional Suigeneris)

Neste quadro de leigos, a que se refere Freud, pode-se acrescentar qualquer não especialista e, portanto, o próprio jornalista. Não que o profissional do jornalismo deva praticar a psicanálise, no teor do trecho citado – isto é, aplicando e fazendo a análise psicanalítica, e prescrevendo diagnósticos – mas utilizar referenciais de práticas psicanalíticas dentro do seu campo de trabalho e nos seus limites.

Um dos objetos de observação da psicanálise é o que Freud chamou de atos falhos, ou falhados. Em “Introdução à Psicanálise”, ele dedica suas primeiras reflexões aos atos falhos. Este estudo é de grande interesse justamente por estar presente em qualquer indivíduo e revelar algo a mais sobre a pessoa.

Os atos falhos são acidentes de caráter aparentemente insignificantes e em sua maioria de curta duração. São os lapsos da retórica, a falsa leitura, a falsa audição, entre outros. Laplanche e Pontalis (2001) explicam que o ato falho é “o ato em que o resultado explicitamente visado não é atingido, mas se vê substituído por outro (...) é um ato bem sucedido: o desejo inconsciente realiza-se nele, muitas vezes, de uma forma bastante clara” (p.44). Freud sugere que os atos falhos podem lançar rastros de coisas mais importantes. Teoricamente eles são conflitos entre duas intenções as quais Freud chama de perturbada e perturbadora. A perturbação, ou tendência perturbadora, provêm de idéias que pouco antes do ato falho preocupavam a pessoa. E pode haver entre as duas intenções uma relação de conteúdo, na qual uma intenção contradiz, retifica ou completa a outra.

Freud elege o lapso (erros de linguagem) como o mais freqüente dos atos falhos, com razões de ocorrência inúmeras. Apesar disto o autor oferece caminhos para encontrar seus significados. “Os atos falhados tem sentido e indicam os meios de desvendar este sentido, segundo as circunstâncias que acompanharam o ato” (p.52). Um destes caminhos é por meio da interceptação do indivíduo, perguntando a ele a razão do lapso.

O “Manual de Redação da Folha de São Paulo” (2001), reconhece a existência de lapsos na comunicação do entrevistado. O manual diz que “o ato falho pode ser mais revelador que uma declaração pensada” (p.44), mas não discorre sobre como o jornalista pode perceber a existência de um lapso, apenas recomenda seu registro no texto jornalístico, e só.

A psicanálise ainda propõe a observação da entrevista na totalidade. Sullivan (1971), afirma, por exemplo, a importância da experiência vocal, quando diz que “a entrevista é uma experiência vocal e não apenas verbal. Os aspectos da entonação, velocidade de linguagem, dificuldade de enunciação e outros problemas vocais são importantes fatores para revelar o conteúdo da entrevista” (p.49).

Esta também é proposta por Flora Davis. No livro “Comunicação não-verbal” (1979), explicando a cinética, a autora propõe o estudo da comunicação no todo. Davis acredita que “a comunicação não pode ser estudada em unidades isoladas, mas sim enquanto sistema integrado a ser analisado como um todo, dando-se atenção à maneira como cada elemento se relaciona com os demais” (p.20). Davis é uma estudiosa da linguagem corporal e segundo ela, “as palavras são bonitas, excitantes, importantes, embora tenham sido superestimadas em excesso, uma vez que não representam a mensagem total e nem parcial” (p.22).

O jornalista Nilson Lage (2003), assim como Davis (1979), não ignora as palavras, mas acredita também na importância da proximidade física. O autor explica que o resultado do encontro entre duas pessoas depende da avaliação que uma faz da outra à medida que capta mensagens. “A proximidade física permite uma afeição da resposta – um feedback – rápida, visual e auditiva, corriqueira a que nos acostumamos desde pequenos e que nos dá maior segurança” (p.79).

Como o verbal, isto é, as palavras, conforme afirmam Davis (1979) e Lage (2003), não é a única forma de comunicação, o conhecimento da linguagem do corpo é outra importante ferramenta que o jornalista, interessado em aprimorar-se na arte de entrevistar deve sempre utilizar. A jornalista Vania Welte é uma defensora da ideia. Ela afirma que seria importante para o jornalista ter a noção do valor da comunicação corporal. E vai ainda mais longe, quando propõe uma preparação semelhante à de policiais de inteligência.

Aquela coisa, quando você tá lembrando, quando você tá mentindo. Todas essas informações o corpo passa. Então seria muito interessante que o jornalista tivesse essas informações, que alguns policiais de inteligência têm. Quando ele olha pra baixo, olha pra cima, ele desvia o olhar, ou muda o tom de voz. São informações preciosas mesmo para o jornalista. São mesmo.

(Welte, entrevista concedida em 16 de setembro de 2006).

O corpo fala, demonstra sentimentos, sensações, vontades. Allan e Barbara Pease (2005), no livro “Desvendando os segredos da linguagem corporal”, explicam que a linguagem do corpo é um reflexo externo do estado emocional de uma pessoa, assim, cada movimento pode ser uma importante fonte de informação sobre a situação sentimental dela, numa dada situação. Além disto, a comunicação através dos movimentos do corpo, segundo Albert Mehrabian (PEASE, 2005), representa 55% do total da mensagem passada, enquanto a comunicação interpessoal verbal apenas cerca de 7%. Mônica Rector (1999), em “Comunicação do corpo”, assegura que a comunicação não-verbal corresponde a ainda mais, sendo responsável por 65% do total das mensagens enviadas e recebidas. Mesmo com percentuais distintos, estes dados revelam a importância de voltar à atenção para o que o corpo diz. Ora se o jornalista não estiver preparado para decodificar o discurso do corpo do entrevistado, ele pode estar, segundo os dados revelados por Pease (2005) e Rector (1999), perdendo um percentual significativo de comunicação.

Pierre Weil (1986), no livro “O corpo fala”, afirma que a linguagem do corpo não mente e que o homem não consegue dominar a expressão do seu corpo. Rector (1999), apóia Weil afirmando que “falamos pela atividade voluntária de nosso aparelho fonador; porém, ao participar de uma interação social, nós o fazemos com todo o nosso corpo” (p.21). Ela assegura que um indivíduo ao expressar-se pelo corpo, o faz de forma muito clara e imutável.

Outra voz que faz coro à linha de pensamento de Weil e Rector é a de Weiten (2002). O autor assume que a expressão corporal é inata, ou seja, nasce com o indivíduo. Testes realizados com cegos de nascença comprovaram que “as pessoas cegas de nascença sorriem e fecham a cara como todo o mundo, apesar de nunca terem visto um sorriso ou uma pessoa carrancuda” (p.297).

Mas a leitura das expressões corporais deve sempre levar em conta a totalidade, o grupo. Os gestos estão diretamente relacionados uns aos outros, portanto, analisá-los separadamente é um equívoco, conforme explica Pease (2005).

Um dos erros mais graves que um aprendiz de linguagem corporal pode cometer é interpretar um gesto isolando-o de outros e das circunstâncias. (...) assim como a linguagem falada, a linguagem corporal tem palavras, frases e pontuação. Um gesto é como uma palavra – pode ter vários significados diferentes (Pease, 2005: 25).

Dimitrius (2000) também alerta para a necessidade de análise do todo e vai um pouco mais além. A autora explica que a linguagem corporal muitas vezes reflete uma condição física ou um estado mental temporário, que não obrigatoriamente fazem parte da personalidade. Ela adverte para o risco de julgar uma pessoa em um primeiro encontro.

Flora Davis (1979), diferentemente de Dimitrius (2000), acredita no emprego momentâneo da comunicação não-verbal. Ela explica que todos, até certo ponto, têm habilidade para decodificar significados da linguagem corporal. “Em questão de segundos interpretamos um movimento do corpo ou reagimos a um tom de voz, atribuindo-lhes parcela de uma mensagem completa” (p.15).

Mauri König comprova esta habilidade de percepção da linguagem corporal (usando erroneamente o termo inconsciente). Ele conta que, entrevistando um delegado de polícia sobre superlotação dos distritos, percebeu a abertura de guarda do seu entrevistado pela postura do seu corpo.

De braços cruzados inicialmente nos disse não. Mas a partir do momento que ele interagiu conosco conversando, gesticulando, ele tinha aberto a guarda dele. (...) Da minha parte foi inconsciente. Não foi coisa programada. É que a gente já tem essa lida com frequência e acaba sendo natural, não é nada muito pensado. Mas você percebe quando a pessoa está reclusa e tá inacessível e quando ela está mais aberta, é meio que inconsciente.

(König, entrevista concedida em 30 de agosto de 2006)

Ora, se a comunicação acontece, segundo Davis (1979), em um nível subconsciente, porque não praticar essa comunicação conscientemente, aprimorando o conhecimento do jornalista sobre a comunicação do corpo para que ele também possa utilizá-la no diálogo com o entrevistado?

O artigo eletrônico “Linguagem corporal” (1997), disponível no site do Cepis, eleva a linguagem corporal à chave das relações pessoais e afirma que “a consciência da linguagem corporal do outro e a capacidade de interpretá-la criam a consciência da própria linguagem corporal e propiciam um maior autocontrole e processos de comunicação mais eficazes”. E para aplicarmos a percepção consciente da linguagem corporal devemos então, estudar o significado dos gestos.

No entanto, um requisito para a percepção do todo é a entrevista realizada ao vivo. E na pesquisa quantitativa, realizada para o desenvolvimento deste estudo, isto fica ainda mais claro. Para esta coleta de dados foi aplicado um questionário a uma amostra de 70 jornalistas, representantes da coletividade dos diferentes meios de comunicação, de Curitiba em um período de dois meses. Com base nos resultados destes questionários pode-se concluir, por exemplo, que para 91% dos respondentes a entrevista sem mediações é a de melhor qualidade, ou seja, permite a humanização do relato de que fala Medina (2001).

A entrevista ao vivo, apesar de por vezes inviável, é necessária para um melhor aproveitamento do diálogo entre fonte de informação e repórter. No contato “tête-à-tête” o jornalista tem a possibilidade de observar reações do entrevistado inviáveis por telefone ou Internet, e até mesmo de utilizar seu próprio corpo como uma forma de comunicação. A linguagem corporal, o tom de voz, os lapsos, o comportamento, a relação do entrevistado com o ambiente, seu corpo e as

roupas que veste, são informações valiosas no processo de busca de verdades. Assim, a comunicação deve ser encarada na sua totalidade, levando-se em conta todas as formas de transferência de mensagens.

Esta observação sobre o todo da comunicação do entrevistado tem efetivamente sido praticada pelos entrevistadores, isto pôde ser ressaltado através da análise quantitativa. No entanto, na análise geral dos dados (tanto nas entrevistas, quanto nos questionários) observou-se que isto é feito intuitivamente. Ora, se é importante observar as reações da fonte, sua expressão corporal, seu tom de voz, como muitos dos respondentes afirmam e como foi comprovado pelo embasamento teórico deste estudo, então como observá-los de forma unicamente empírica? O jornalista, no cumprimento da sua função social, tem sim que estudar o comportamento humano para um melhor desempenho. Acreditar que apenas a experiência profissional e a intuição são suficientes e apostar na eficácia do empirismo, é fechar os olhos para as ciências, que existem para serem utilizadas com consciência.

Logicamente que a experiência também é valiosa no processo da entrevista, como acreditam Mauri König e Albari Rosa. No entanto, apoiar-se apenas nela para adquirir uma boa técnica é um equívoco. Mas partamos da teoria de que só ela basta, apenas para uma reflexão. Se assim fosse, nenhum jornalista recém-formado teria condições plenas de ser um repórter com resultados satisfatórios. E isto seria ainda um ciclo vicioso, afinal de contas, sem experiência, o novo jornalista não teria condições de realizar boas entrevistas, e sem fazê-lo como conquistaria a prática? É fato que a experiência profissional é importante, mas não única. Partir deste princípio é esconder-se atrás do escudo do empirismo e fechar-se para o aprimoramento e o crescimento profissional.

A entrevista pela sua importância, e sendo o próprio jornalismo por excelência, merece um maior esmero. Assim, pesquisas que agreguem a ela novas possibilidades de melhora são necessárias, seu estudo não pode continuar negligenciado a conselhos e sugestões. Se o jornalista é um entrevistador profissional e graduado para isto, então que construa sua base – a entrevista – em alicerces concretos.

O jornalista deve aprimorar seu ato de escuta, observação e o modo de conduzir uma entrevista, apoiando-se em ciências do comportamento humano como forma de aperfeiçoar a entrevista jornalística, e por fim, melhorar a qualidade da reportagem e da informação divulgada. Se o médico, a assistente social, o recrutador de recursos humanos, o psicólogo e outros profissionais têm a entrevista inserida em seu trabalho e se preparam teoricamente para ela, porque o jornalista, que tem a entrevista como base de seu trabalho, não o faz? Acreditar apenas na intuição é, até certo ponto, negligência profissional.

Se 56% dos jornalistas que participaram do estudo confirmam que a qualidade das entrevistas não é satisfatória, onde está a falha? De quem é a culpa? Ora, quem é a figura de condução da entrevista? O responsável por ela? Quem orienta a fonte e seleciona os caminhos a serem seguidos? A resposta é clara: o jornalista. Portanto, condenar os resultados de uma entrevista é atirar no próprio pé. Mas, criticar a qualidade das entrevistas praticadas é uma atitude saudável. Assim, propor mudanças, como faz este estudo, é repensar os erros e procurar melhores alternativas.

Lançando um novo olhar sob a entrevista e estudando o ser humano e seu comportamento o repórter terá mais embasamento para chegar ao diálogo possível defendido por Medina (2001). O jornalista deve participar de uma troca com a fonte sem dirigismos, sem as “aspas prontas”, de Rosi Guilhen. O momento da entrevista deve ser uma entrega, na qual os envolvidos, no âmbito da confiança, compreendem a si mesmos e ao mundo. O jornalista não pode encarar a fonte de informação como sua adversária. Até mesmo porque, como comprova Lodi (1971), a falta de estímulo e de motivação do entrevistador é um fator dificultoso da comunicação interpessoal. E este é um conhecimento que o estudo da psicologia propicia.

Ao tratarmos com pessoas é necessário entendermos o funcionamento do psicológico humano e sabermos que comportamentos sempre apresentam causas. No reconhecimento de que muitas das motivações humanas são inconscientes, conforme comprova a teoria psicanalítica, entender como funciona a mente humana e compreender os conflitos do indivíduo, só faz acrescentar ao jornalista artifícios que possibilitam apurar características do seu entrevistado e entender as causas dos seus comportamentos.

Além disto, em uma entrevista, a tensão, os processos defensivos e a tendência à auto-construção favorável da imagem influenciam diretamente o seu resultado. Estes são dados preciosos para o jornalista. Conhecer os “inimigos” da entrevista e aprender a lidar com eles, saber que o seu próprio comportamento, seu pré-conceito ou falta de estímulo, pode inibir uma fonte é de extrema utilidade. De posse destas informações, o jornalista age em sintonia com seu entrevistado, em um clima de cordialidade e confiança. E, ciente, pode reduzir estes efeitos para alcançar um diálogo mais sincero. Da mesma forma, saber que o ser humano, de acordo com o behaviorismo, é comportamentalmente previsível é enriquecer a percepção do jornalista com informação de extrema utilidade.

E como não prestar atenção ao que o corpo comunica se a linguagem corporal, conforme o demonstrado por Pease (2005), equivale a 55% do total mensagem transmitida? Reflitamos sobre este percentual. Deixar de atentar para aquilo que o corpo diz é perder mais da metade da informação transmitida. E esta perda é ainda maior se levarmos em consideração a concepção de Rector (1999), visto que para a autora a comunicação não-verbal é responsável por 65% da comunicação interpessoal. Assim, não observar o corpo é captar apenas 35% da mensagem transmitida, e é muito pouco. Além disto, como afirma Weil (1986), a mensagem corporal é sincera, isto é, o homem não tem domínio sob a linguagem inconsciente do seu corpo. Ela não mente e é inata, nasce com o indivíduo. A comunicação do corpo é leal e reveladora, pode até mesmo contradizer a retórica, ou então, afirmá-la. O movimento olhos, das mãos, o sorriso, a voz, enfim, o corpo, é um reflexo externo do estado emocional de uma pessoa.

E a percepção do corpo vai além. Existem ainda outros pontos importantes da comunicação corporal, como a demarcação imaginária de território, afirmada por Pease (2005). Os seres humanos, assim como os animais, também demarcam território, sua invasão pode afetar a reação do indivíduo.

Estes são dados reveladores e que devem ser considerados. Ora o jornalista, deixando de observar a linguagem corporal, perde uma parte significativa da informação. O jornalista, de posse desta informação, aprende a utilizar os sinais a seu favor e assim, alcança melhores resultados. E mais uma vez fica evidente a necessidade de um aprimoramento teórico do jornalista quanto ao estudo do ser humano e seu comportamento.

Referências bibliográficas:

- Campos, C. (2002). Técnicas de Entrevista. Observatório da Imprensa, 13 de março de 2002. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/da130320024.htm> (acessado no dia 11/04/2006)
- Cantavella, J. (1996). Manual de la entrevista periodística. Barcelona: Editora Ariel.
- Cripa, M. (1998). Entrevista e Ética. São Paulo: Educ.
- Davis, F. (1979). A comunicação não-verbal. 7. ed. São Paulo: Summus.
- Dimitrius, J. (2000). Decifrar pessoas, como entender e prever o comportamento humano. 17. ed. São Paulo: Alegro.
- Dines, Alberto. In Cripa, M. (1998). Entrevista e Ética. São Paulo: Educ.

- Firmo, E. (2004). *Jornalismo e Política: Entrevista como Prática Paranóica*. Net, Porto Alegre. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/16940/1/R1670-1.pdf> (acessado em 18/05/2006).
- Folha, de São Paulo. (2001). *Manual de Redação*. 7. ed. São Paulo: Publifolha.
- Freud, S. (sem data) *Introdução à psicanálise*. Obras Completas de Sigmund Freud volume VIII. Editora Delta.
- Garcia, A. In Tramontina, C. (1996) *Entrevista, a arte e as histórias dos maiores entrevistadores da televisão brasileira*. 3. ed. São Paulo: Globo.
- Garrett, A. (1991). *A entrevista, seus princípios e métodos*. 10. ed. Rio de Janeiro: Agir.
- Guilhen, R. (2006). *Entrevista concedida ao trabalho*. Curitiba.
- König, M. (2006). *Entrevista concedida ao trabalho*. Curitiba.
- Kopplin, E. & Ferraretto, L. (2001). *Assessoria de imprensa teoria e prática*. 4. ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto.
- Lage, N. (2004). *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record.
- Laplanche, J. (2001). *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Lodi, J. (1971). *A entrevista teoria e prática*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios.
- Martins, E. (1997). *Manual de redação e estilo de O estado de S. Paulo*. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo.
- Medina, C. (2001) *Entrevista o diálogo possível*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática.
- Moretzsohn, S. (2000). *A velocidade como fetiche – O discurso jornalístico na era do tempo real*. Disponível no site: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=moretzsohn-sylviaavelocidade-jornalismo-1.html (acessado no dia 24/05/2006)
- Motta, L. (2002) *Crise nos paradigmas do jornalismo*. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/da210820022p.htm> (acessado no dia 24/05/06).
- Nogueira, A. In Cripa, M. (1998). *Entrevista e Ética*. São Paulo: Educ.
- Pease, A. & Pease, B. (2005). *Desvendando os segredos da linguagem corporal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Sextante.
- Rector, M. (1999). *Comunicação do corpo*. 4. ed. São Paulo: Ática.
- Rector, M. & Trinta, A. (1985). *Comunicação não-verbal: a gestualidade brasileira*. Petrópolis: Vozes.
- Rosa, A. (2006). *Entrevista concedida ao trabalho*. Curitiba.
- Rouchou, J. (2003). *Ouvir o outro: entrevista na história oral e no jornalismo*. Net: São Paulo. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4421/1/NP2ROUCHOU.pdf> (acessado no dia 17/05/2006).
- Salomão, J. In Campos, C. (2002). *Técnicas de Entrevista*. Observatório da Imprensa, 13 de março de 2002. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/da130320024.htm> (acessado no dia 11/04/2006)
- Silva, C. (1991) *O adiantado da hora. A influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus.

- Skinner, F. (1998). *Ciência e Comportamento Humano*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Sullivan, H. In Lodi, J. (1971). *A entrevista teoria e prática*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios.
- Tramontina, C. (1996). *Entrevista, a arte e as histórias dos maiores entrevistadores da televisão brasileira*. 3. ed. São Paulo: Globo.
- Viereck, G. *Entrevista com Freud concedida ao jornalista*. Disponível em:
http://www.suigeneris.pro.br/edvariedade_entrefre.htm (acessado no dia 16/04/2006)
- Weil, P. (1986). *O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal*. 58. ed. Petrópolis: Vozes.
- Weitten, W. (2002). *Introdução à psicologia*. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson.
- Welte, V. (2006). *Entrevista concedida ao trabalho*. Curitiba.